



PODER

# Governo sofre dura derrota na crise do IOF

Por 346 votos contra 97, Câmara aprova urgência para o projeto que pretende derrubar decreto do Planalto sobre aumento do imposto. Motta enfatiza que Casa não aceitará ajuste fiscal baseado apenas em elevação de tributos

» VANILSON OLIVEIRA  
» RAFAELA GONÇALVES

A Câmara aprovou, por 346 votos a favor e 97 contra, a urgência do Projeto de Decreto Legislativo (PDL), cujo objetivo é anular o decreto editado pelo governo que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre transações de câmbio. Com isso, o texto ganha prioridade na tramitação e pode ser analisado diretamente no plenário, sem passar pelas comissões temáticas.

Não há data definida, porém, para a votação do PDL. Ontem, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e os ministros da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e da Casa Civil, Rui Costa, reuniram-se com líderes partidários. Ficou acertado que o governo terá duas semanas antes da votação do PDL.

O decreto que prevê o aumento do IOF foi anunciado em maio pela Fazenda. Após a repercussão negativa, o governo recuou em parte das medidas e apresentou um novo pacote fiscal, que também desagradou o Congresso.

Antes da aprovação da urgência, Motta tinha mandado um alerta ao governo, de que o Parlamento não aceitará mais medidas de ajuste fiscal baseadas apenas no aumento de impostos. Segundo ele, há um sentimento claro, majoritário e consolidado na Câmara contra a estratégia do governo de ampliar a arrecadação sem apresentar uma agenda concreta de corte de despesas. “Há um esgotamento de medidas que vêm a procurar aumentar a arrecadação exclusivamente com o aumento de impostos. O governo é sabedor dessa insatisfação”, declarou.

O parlamentar ressaltou que essa não é uma pauta isolada da oposição, mas um desconforto generalizado em diversos partidos da Casa. A votação da urgência, conforme destacou, é demonstração clara de que o Parlamento não concorda em ser chamado a votar sucessivos aumentos de tributos como solução isolada para os desafios fiscais do

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Motta na sessão: presidente da Câmara lembrou que Parlamento foi parceiro do governo desde o início, aprovando projetos importantes

país. “A Câmara seguirá nessa agenda, defendendo o que é bom para o Brasil”, frisou.

Ele enfatizou que o Congresso não se recusa a discutir o equilíbrio das contas públicas, mas quer uma pauta mais estruturante, baseada em medidas que envolvam controle de gastos, eficiência do Estado e sustentabilidade fiscal de longo prazo. De acordo com ele, a Casa não aceitará mais ser “âncora fiscal” de um governo que evita enfrentar o debate sobre despesas. “Nós temos um país para cuidar, e é através de medidas estruturantes que vamos conseguir melhorar esse ambiente econômico.”

O deputado lembrou que o Parlamento foi parceiro do governo desde o início, aprovando projetos importantes e demonstrando responsabilidade fiscal e

institucional. No entanto, ressaltou que lealdade institucional não significa concordância automática. “O Congresso tem sido correto. O Congresso aprovou absolutamente tudo que o governo enviou para cá nesses quase dois anos e meio de governo. O Congresso demonstrou muita responsabilidade com a economia, responsabilidade com o país. O Congresso, a Câmara dos Deputados têm sido a âncora de responsabilidade”, sustentou.

De acordo com Motta, o Congresso está pronto para apoiar uma agenda de ajuste, desde que ela não recaia, mais uma vez, sobre quem produz, gera empregos e paga impostos no país. “Não tem como se ter agenda de corte de despesas no Brasil de que o Executivo não participe. O Legislativo está aqui pronto para

apoiar, para discutir, para poder, internamente, nos partidos, entender o que cada partido está à vontade para apoiar, para votar, porque nós também temos que ter uma agenda com perspectiva de aprovação. Não adianta ter uma agenda impossível de ser aprovada, mas que é fundamental que o Executivo participe. É isso que nós temos defendido desde o início”, destacou.

## Férias de Haddad

Em meio ao imbróglio do IOF, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entrou em férias, o que deu munição para a oposição ao governo. Inicialmente, a licença estava prevista para 11 a 20 de julho. A alteração foi publicada no Diário Oficial da União em 5 de junho. O ministro

retornará ao trabalho no próximo dia 22. Até lá, o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, assume interinamente o comando da pasta.

O líder do PL na Câmara, Sós-tenes Cavalcante (RJ), criticou as férias de Haddad. “Demonstra a irresponsabilidade do ministro da economia num momento como este. É um ministro totalmente irresponsável com o país”, disse, ao **Correio**.

Quem também reprovou foi a deputada federal Bia Kicis (PL-DF). “O ministro mostra sua total insensibilidade para com o momento ao tirar férias ao invés de estar presente, para ouvir as razões de todos aqueles que rejeitam a medida proposta, que vai pesar mais uma vez no bolso dos brasileiros”, afirmou. **(Colaborou Danandra Rocha)**

## Emendas: R\$ 152 mi reservados

O governo federal reservou R\$ 152,1 milhões em emendas parlamentares para pagamento neste ano. O valor, atualizado no domingo, diz respeito apenas às apresentadas ao Orçamento de 2025, que prevê R\$ 50,4 bilhões para esse fim.

Desse total, R\$ 25 bilhões são impositivas — ou seja, obrigatórias. Já os pagamentos somaram apenas R\$ 3,1 milhões. Os dados são da plataforma Siga Brasil, do Senado. A aceleração do processo ocorreu depois de cobranças da cúpula do Congresso na semana passada. A Secretaria de Relações Institucionais (SRI), chefiada pela ministra Gleisi Hoffmann, foi avisada de que o Legislativo começaria a travar os projetos de interesse do governo se os cofres não fossem abertos.

Até quarta-feira passada, o governo havia pago menos de 1% do valor reservado no Orçamento para este fim. Gleisi prometeu que o Planalto iniciaria o pagamento das emendas até o fim de semana. E, em nota ao **Correio**, a Secretaria de Relações Institucionais (SRI) informou que não havia atraso na liberação das emendas e que o governo já pagou R\$ 6 bilhões referentes a anos anteriores.

Gleisi disse ontem que, se o Congresso derrubar o decreto do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), as emendas parlamentares serão afetadas.

O assunto não é novidade, já que, sem a arrecadação prevista com o IOF, o Executivo teria de bloquear mais valores discricionários — que incluem emendas — para colocar as contas em ordem e cumprir a meta fiscal para este ano.

O *timing*, no entanto, deu à declaração um tom de ameaça, em um momento em que o governo depende tanto da Câmara quanto do Congresso para fazer avançar pautas econômicas, pensando em 2026. **(IM e RG)**

## Presidência não informa os gastos com evento pró-Lula

» ISRAEL MEDEIROS

A Presidência da República diz não saber quanto gastou em um megaevento de 3 de abril para promover o governo em meio à crise de popularidade. Intitulado *O Brasil dando a volta por cima*, o ato ocorreu no Centro de Convenções Ulysses Guimarães e reuniu centenas de apoiadores da gestão Lula, ministros e congressistas alinhados ao Planalto. Tudo com estrutura de primeira, jogo de luz e telões.

“Esclarecemos que os custos do evento ainda estão em apuração/validação, de forma a não ser possível disponibilizar neste momento”, respondeu a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência em 28 de maio, a um pedido via Lei de Acesso à Informação feito pelo **Correio**. Segundo a Secom, os dados só estarão disponíveis no portal gov.br e no Portal da Transparência depois que o pagamento for concluído.

O órgão informou, também, que a licitação que possibilitou a realização do evento teve valor de R\$ 16 milhões e foi publicada em outubro do ano passado.

O objetivo, segundo o portal Compras.gov.br, era “a contratação de serviços de natureza continuada, para a realização de eventos, receptivos internos e externos e atividades correlatas para a Presidência da República e órgãos vinculados”. Os Portais da Transparência e o Compras.gov.br, no entanto, não permitem rastrear os gastos com base em um evento específico, o que impossibilita checar os valores gastos com o evento mesmo se já fossem públicos.

O **Correio**, então, registrou um recurso em 1ª Instância em 5 de junho, alegando informação incompleta e detalhando a falta de discriminação das despesas nos sites públicos. Em 10 de junho, a Secom limitou-se a repetir a resposta. “Reiteramos a resposta anterior e informamos que as informações

Ricardo Stuckert/PR



A megaprodução teve ares de campanha eleitoral, exaltando os feitos da gestão Lula 3

serão disponibilizadas após a conclusão do processo de pagamento do evento. Ante o exposto, indeferimos o presente recurso”, escreveu a Secretaria de Comunicação Institucional da Secom.

Segundo o governo, o objetivo do evento *O Brasil dando a volta por cima* era fazer um balanço das entregas dos dois primeiros anos de gestão. A iniciativa fez parte de uma estratégia de comunicação

adotada pelo Planalto depois da chegada do ministro Sidônio Palmeira à Secom. Um dos principais objetivos do ministro — com aval do presidente — é valorizar as entregas da atual gestão pensando na campanha eleitoral de 2026.

“Destacamos que o evento *O Brasil dando a volta por cima*, realizado em Brasília, no dia 3 de abril de 2025, teve como objetivo apresentar um balanço das

principais entregas do governo federal nos dois primeiros anos da atual gestão e anunciar novidades, como a ampliação do Minha Casa, Minha Vida, a antecipação do 13º para aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios pagos pelo INSS e a implantação da TV 3.0”, escreveu a Secom.

O que se viu, no entanto, foi uma megaprodução com ares de campanha eleitoral exaltando os

feitos da gestão Lula 3 com vídeos e a participação de apresentadores e convidados. O Planalto exaltou, entre outras coisas, o menor nível de desemprego dos últimos 12 anos e a valorização do salário mínimo — que agora é alvo do plano de corte de despesas para controlar as contas públicas.

O Planalto também destacou a melhora de índices industriais, na segurança alimentar dos brasileiros e avanços na saúde pública, entre outros assuntos. Diversos deputados e senadores da base do governo, assim como ministros, também estiveram presentes. Ao subir no palco, Lula foi ovacionado e ouviu gritos de “Olé, olé, olé, olá, Lula, Lula”. No discurso, o presidente disse que sua gestão iniciou a reconstrução de um “país deixado em ruínas pelo governo anterior”. Ele também tirou fotos com militantes e assinou novos atos de governo.